

jornal *fêmea*



Impresso
Especial
9912267635/2010-DR/BSB
CFEMEA
CORREIOS

Centro Feminista de Estudos e Assessoria • Ano XIV • Nº 168 • Brasília/DF • Janeiro / Fevereiro / Março • 2011
SCS Quadra 02, Bloco C, Sala 602 • Ed. Goiás • CEP 70317-900 • Brasília/DF



O Poder agora tem rosa choque, por isso não provoque

Encontro entre a Bancada Feminina do Congresso Nacional e representantes do movimento de mulheres traz à tona a importância do diálogo entre movimentos sociais e parlamentares para fortalecer a nossa luta em defesa dos direitos das mulheres e para efetivar políticas públicas voltadas à superação das injustiças e desigualdades que vivemos

A luta das mulheres para transformar o mundo

Esse mês parece auspicioso. No horizonte do 8 de março, sempre iluminado pela luta das mulheres para transformar o mundo, está o desafio de democratizar o poder. A tarefa de mudar o sistema político (tão patriarcal e, por isso mesmo, tão avesso à presença das mulheres) é obra que vem sendo realizada pelas próprias mulheres e, salvo exceções que confirmam a regra, por raros homens.

Não houve direito, liberdade ou espaço de poder que as mulheres tenham ganhado de presente. As mudanças que conquistamos, expressas pelo reconhecimento de novos direitos e pela presença de algumas mulheres no poder, resultaram das nossas próprias lutas, da força do nosso movimento, da ousadia e coragem que exercemos a nossa cidadania e ocupamos novos lugares no mundo.

A eleição da primeira presidenta do Brasil sinaliza, sem margens para equívoco, que a maioria da sociedade brasileira decidiu derrotar preconceitos, romper com atos discriminatórios, machistas e misóginos. Nesse esteio, entre outras novidades, temos pela primeira vez uma mulher ocupando o lugar de titular na primeira vice-presidência da Mesa da Câmara: a deputada Rose de Freitas (PMDB-ES); e três mulheres na Mesa do Senado: a senadora Marta Suplicy (PT-SP) como titular na primeira vice-presidência, e Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) e Maria do Carmo Alves (DEM-SE) como suplentes. São evidências de mudanças em curso na cultura política.

Contudo, ainda é arriscado dizer que esse processo vai desembocar em alteração da ordem patriarcal que estrutura o sistema político. As proposições que estão em debate no Congresso com vista à reforma política ainda negligenciam o fato que a exclusão das mulheres do poder é algo inaceitável numa democracia.

De todo modo, ficou provado que honrar as mulheres nesse país é um compromisso que mobiliza cidadania, para o espanto de todos os partidos políticos que, no último pleito, sem exceção, descumpriram a lei ao apresentarem muito mais candidaturas de homens do que os 70% a que tinham direito, e muito menos de mulheres do que o mínimo de 30% que deveriam cumprir.

De uma perspectiva feminista, o que queremos por em questão no debate sobre a reforma política é a própria noção de democracia, que foi reinventada desde que as mulheres se organizaram e começaram a lutar por seus direitos. A concepção patriarcal de origem, que não reconhecia as mulheres como sujeitos de direito e nem como sujeito político caiu por terra desde então.

Há 79 anos, o movimento das sufragistas lutou e conquistou o direito das mulheres brasileiras elegerem seus/suas representantes e de serem eleitas. Aprendemos, faz tempo, que é na luta que alcançamos nossos objetivos. E nela seguimos, pontuando o debate da hora sobre a reforma política com uma questão democrática incontornável: a exclusão das mulheres produzida pela estruturação patriarcal do sistema é política e eticamente inaceitável, e tem que ser desmontada.



SCS, Quadra 2, Bloco C, Sala 602, Ed. Goiás
CEP 70317-900 • Brasília-DF
Telefax: 55+(61) 3224-1791

Endereço eletrônico: imprensa@cfemea.org.br
Site: <http://www.cfemea.org.br>

Conselho Deliberativo: Eliana Graça, Gilda Cabral,
Iáris Ramalho Cortês e Zuleide Araújo.

Consultoras: Ana Cláudia Jaquetto Pereira, Daniela Lima,
Eunice Borges

Conselho Fiscal: Ivônio Barros, Elaine Marinho Faria,
Eneida Vinhaes Dultra, Mônica Ferreira Gaspar de Oliveira.

Colegiado de Gestão: Guacira César de Oliveira,
Mirla de Oliveira Maciel e Natalia Mori Cruz.

Demais integrantes da equipe: Adriano Fernandez
Cavalcante, Francisco Rodrigues, Juliano Alessandro Lopes,
Kauara Rodrigues Dias Ferreira, Leila Rebouças,
Marizeth Machado, Mirla de Oliveira Maciel,
Myllena Calasans de Matos e Sarah de Freitas Reis.

Jornalista Responsável:
Daniela Lima (DRT/DF 4926)

Parcerias: Fundação Heinrich Böll, Fundação Ford,
Fundação Avina, Fundo MDG3, OXFAM, IWHC,
Safe abortion action fund e Unifem

Apoio: Fundo MDG3

Projeto gráfico: Faro Brasil
Editoração: Ars Ventura Imagem & Comunicação

Impressão:
Tiragem: 13.000 exemplares

Capa: Imagem do cartão postal produzido pela AMB para o Encontro Nacional da Articulação de Mulheres Brasileiras

Sem perder o olhar do movimento social

Luiza Bairos, 57 anos, gaúcha e uma das fundadoras do Movimento Negro Unificado (MNU) assume um novo desafio. Agora, como ministra da Igualdade Racial pretende trazer para o governo toda sua experiência e luta contra o racismo e o sexismo no Brasil. A ministra ressalta a importância da aproximação entre a Secretaria de Promoção para a Igualdade Racial - SEPPIR e os movimentos sociais. “O que somos e fazemos dentro da estrutura do Estado é uma tradução do que os movimentos sociais, os movimentos de mulheres, os movimentos negros, os grupos LGBTT colocam”.

Fêmea – Fale um pouco da sua trajetória até o cargo de ministra?

Luiza Bairos – Fundamentalmente o que me trouxe até aqui foi a minha militância nos movimentos sociais. Ingressei no Movimento Negro Unificado (MNU) em 1979, mesmo ano que me transferi de Porto Alegre para Salvador. Militei no movimento negro até 1994, e nesse meio tempo iniciei a minha participação no movimento de mulheres em um grupo que existia dentro do MNU. Foi um dos primeiros grupos de mulheres negras na Bahia que realizaram um trabalho, na época, muito ligado aos bairros populares e as cidades do interior do estado. Tínhamos também um grupo de teatro que utilizávamos para levantar questões específicas da vivência das mulheres negras. Paralelamente a isso, eu era funcionária pública, sempre trabalhei no estado da Bahia, em um período rico, do ponto de vista do trabalho no governo do estado dentro da secretaria do trabalho, onde aproveitávamos todas as brechas para poder fazer as coisas que considerávamos importantes numa perspectiva mais progressista, e onde comecei a desenvolver meus interesses profissionais. Gerenciando projetos na área de capacitação para o trabalho, na área de microcrédito, organização de trabalhadores autônomos. Posteriormente, passei a trabalhar em um setor de estudos e pesquisas sobre o mercado de trabalho, que foi a área onde realizei a minha tese de mestrado.

Era essa a minha vida, o trabalho para a sobrevivência e a militância no movimento negro até 1994, quando ganhei uma bolsa

de estudos e fui para os Estados Unidos, onde passei quatro anos para fazer um doutorado. Foi uma experiência muito importante, pois nos EUA tive contato com tudo que precisava naquele momento – uma literatura completa sobre as questões ligadas ao combate do racismo e enfrentamento das desigualdades. Pude conviver com pessoas negras de vários lugares do mundo, dentro de um programa dedicado a diáspora africana. Essa experiência colaborou muito para

o fortalecimento de determinados conceitos, que, até hoje utilizo, e que contribuem para que eu possa ter uma compreensão mínima de como o racismo opera no Brasil.

De volta ao meu país, conduzi a minha carreira para outro sentido. Fiz um concurso público e fui ser professora na Universidade Católica de Salvador. Paralelamente a isso, a partir de uma provocação do movimento negro, comecei a fazer o trabalho de consultoria junto à Organização das Nações Unidas



Valter Campanato/ABR

A nova ministra da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, Luiza Helena de Bairos

(ONU) – trabalho veiculado à preparação da III Conferência Mundial contra o Racismo, e então me inseri num trabalho como consultora para organizações internacionais.

Em 2008, surgiu outra possibilidade para que eu pudesse cooperar na luta contra o racismo. Fui trabalhar na Secretaria de Promoção da Igualdade (SEPROMI) no estado da Bahia. Foi um trabalho fantástico, do qual ainda não me desliguei. Foi uma experiência definitiva, onde colocamos em prática uma determinada concepção de como trabalhar na estrutura do Estado, em primeiro lugar sabendo que o Estado tem seus limites, e em segundo lugar numa perspectiva de respeito, autonomia dos movimentos sociais.

Fêmea – Quais os principais desafios que você vê para o governo avançar numa política de igualdade racial?

Luiza Bairros – Os desafios são inúmeros, mas colocaria três principais: primeiro admitir que o racismo e o sexismo são estruturantes nas relações raciais no Brasil, no estabelecimento das hierarquias. Se não conseguirmos isso, vamos continuar tendo muita dificuldade de fazer com que as políticas públicas revelem a dimensão que as desigualdades raciais têm no país. Por isso que é tão difícil ainda, apesar da abundância de informações, ver refletido nas políticas públicas toda essa gama de estatísticas sobre as desigualdades raciais. As pessoas podem, aqui ou ali, utilizarem isso nos seus diagnósticos, mas não conseguem refletir na formulação,

implementação e monitoramento do processo da política.

O segundo desafio tem haver com a necessidade de separar os efeitos do racismo, com os efeitos da pobreza na vida das pessoas negras - entre os formuladores da política isso é uma dificuldade secular. Existe sempre essa tendência de achar a vida das pessoas negras “mais difícil” devido ao fato da maioria ser pobre, e nunca achar que existe essa variável que opera independentemente da inserção econômica da pessoa negra que é o racismo propriamente. Nesse sentido é muito importante ter esse apoio das estatísticas, das desigualdades, e aprofundar, sofisticar um pouco mais esses estudos, exatamente para estabelecer essa separação entre o que é efeito da inserção econômica e o que seria efeito do racismo, que é algo que atinge qualquer pessoa negra de qualquer classe social. O terceiro desafio está relacionado com a própria estrutura do Estado, a forma como ele está organizado. Quando se trata de políticas para as mulheres, de igualdade racial, não estamos tratando de uma dimensão da vida das pessoas ou de uma área da qual se vive. Estamos tratando da vida na sua expressão mais ampla. E a estrutura do Estado, seja como está sendo representada no governo federal ou estadual, ela é toda compartimentada. Educação é vista como uma área que não, necessariamente, se comunica com Saúde ou com Segurança. Isso é uma dificuldade muito grande. Hoje eu percebo isso com menos dificuldade, mas vejo como uma expressão da sofisticação de nossa proposta. De como ela checa os dados do ponto de vista

da superação da sua forma de organização. Isto está completamente superado, não tem nada mais haver com tudo o que se diz hoje. Em matéria sociológica aponta para imbricação de todas as dimensões da nossa vida. No entanto, o Estado ainda é de certa forma, obrigado a se organizar como se as coisas fossem separadas umas das outras. Com o tipo de política pública que se pretende, que se traz para dentro do Estado, passamos o tempo todo questionando esse tipo de separação. E na prática enfrentando todas essas dificuldades que essa separação representa. Como eu vou pensar hoje a saúde da população negra que está, do ponto de vista da sua implementação, muito ligada ao Ministério da Saúde, mas que não pode de maneira nenhuma ser desconsiderada no Ministério da Educação, porque eu tenho que ter esses conteúdos inseridos nas escolas da área de saúde – as que formam os profissionais de saúde. Às vezes é extremamente difícil criar essa cadeia, implementando essa ideia da igualdade racial, fazendo com que isso passe por dentro de todos os setores. E aí se consegue construir efetivamente um resultado que tenha efeito na vida das pessoas negras.

Uma boa parte do nosso esforço, e eu não canso de repetir - o que nós somos e fazemos dentro da estrutura do Estado é uma tradução do que os movimentos sociais, os movimentos de mulheres, os movimentos negros, os grupos LGBTQI+ colocam. E quando se faz a tradução do movimento social para dentro da estrutura do Estado existe um determinado significado destas bandeiras: de quando e como elas foram criadas, que se perdem quando chegam aqui dentro. Pois a tradução tem muito disso. São palavras mudadas, sentidos alterados para que esse texto seja entendido por outro público que não faz parte daquela realidade de onde isso foi criado inicialmente. Então é dentro desse espaço que a gente navega. O nosso papel, então, é buscar, o máximo possível aproximar esses sentidos dessas bandeiras históricas dos movimentos, da forma como elas foram criadas para sentidos possíveis de serem entendidos aqui. O importante é como eu elaboro esse tipo de coisa para entender o meu papel e não me angustiar com ele, e também de ter certa compreensão das críticas que o movimento social faz. Essa permanente insatisfação do movimento social do que o governo faz. Ela tem de ser entendida nesse contexto. É uma insatisfação legítima, no entanto.

“Existe sempre essa tendência de achar a vida das pessoas negras ‘mais difícil’ devido ao fato da maioria ser pobre, e nunca achar que existe essa variável que opera independentemente da inserção econômica da pessoa negra que é o racismo propriamente”

“Temos que nos organizar internamente, e nos tornar mais transparentes para que o controle se exerça. A SEPPIR não tem informações que estejam disponíveis para o público. Consequentemente, isso cria uma impossibilidade das pessoas fazerem esse controle”



Arquivo CFEMEA

Fêmea – Quais são as principais metas da SEPPIR?

Luiza Bairros – Em primeiro lugar é termos um trabalho interno, aqui no Ministério, no sentido de criar formas de comunicação e estabelecer noções de complementaridade entre os trabalhos que são realizados internamente. É um pouco de sinergia, tem que criar não tem jeito. A segunda meta é reelaborar as nossas formas de comunicação com os demais Ministérios - estabelecer determinadas prioridades e reformatar a nossa relação com os Ministérios, buscar reconfigurar o que existir de política, de programa em nosso benefício, mas também de criarmos e oferecermos propostas para esses parceiros ministeriais. O terceiro aspecto tem haver com a relação da SEPPIR com os movimentos sociais, com os intelectuais negros,

que é uma relação que também precisa ser colocada, talvez, em outros termos para que essa distância que os movimentos sociais sentem em relação à SEPPIR possa ser diminuída.

Fêmea – Que espaços vão ter a participação e o controle social na construção da política de igualdade racial?

Luiza Bairros – O Conselho Nacional de Promoção da Igualdade Racial (CNPIR) é o primeiro locus dessa ideia do que é o controle social das políticas públicas de igualdade. Agora para que o CNPIR passe a exercer esse papel ele vai ter que ser abarcado pela própria SEPPIR. Temos que nos organizar internamente, e nos tornar mais transparentes para que o controle se exerça. A SEPPIR não tem informações que estejam disponíveis para o público. Con-

sequentemente, isso cria uma impossibilidade das pessoas fazerem esse controle e mais particularmente o Conselho. É preciso o assessoramento de um comitê de acompanhamento e monitoramento do Plano de Promoção da Igualdade Racial para saber como esse comitê esta efetivamente caminhando. Estou tentando tornar disponível e acessível aqui para dentro um sistema de acompanhamento do Programa Brasil Quilombola que também é uma informação que nunca veio à público, e ela tem que ser disponibilizada. Então para que o controle social ocorra não depende unicamente da sociedade civil, mas depende dos instrumentos criados na SEPPIR, para tornar a informação acessível, transparente. Acredito que precisamos de uns seis meses completos de um trabalho voltado para o interno para modificar a relação com a sociedade.

O Poder agora tem rosa choque por isso não provoque

A legalização do aborto, a garantia dos direitos sexuais e reprodutivos já conquistados - como o aborto legal, a implementação da Lei Maria da Penha sem retroceder direitos já garantidos, a luta das mulheres por uma maior participação política nos espaços de poder e a tão falada reforma política movimentou os assuntos durante o primeiro encontro da 54ª Legislatura (2011-2015), entre a Bancada Feminina e segmentos organizados dos movimentos de mulheres, em Brasília.

Os dias de festa acabaram. O clima carnavalesco agora deixa a sensação de que há muito trabalho acumulado. As pendências, de um ano velho, foram jogadas para um ano novo, marcado pela eleição de uma mulher na Presidência da República. Fato simbólico que marcará as lutas feministas na história deste país. O momento, talvez seja este, oportuno para os movimentos de mulheres fortalecerem as suas causas há tanto engavetadas por legislaturas a legislaturas.

No poder estão as mulheres, mesmo que este número ainda seja pequeno. “Somos poucas, mas somos fortes na medida em que construímos juntas uma estratégia política para fazer avançar e respeitar os direitos das mulheres”. É o que declara Guacira de Oliveira, feminista, socióloga e diretora - fundadora do CFEMEA, durante o primeiro encontro entre a Bancada Feminina desta Legislatura (2011-2015) e os movimentos de mulheres, que aconteceu em meados de fevereiro deste ano, em Brasília.

Condizente ao argumento de Guacira, a deputada federal, Fátima Bezerra (PT/RN) defende, que apesar do pequeno número de

mulheres eleitas, a formação da Bancada Feminina dessa legislatura tem um crescimento de ordem qualitativa, de um lado muitas deputadas novas, 22 disse ela, e de outro as veteranas que estão retornando ao Congresso, e cita: as deputadas Jandira Feghali (PCdoB/RJ), Luci Choinacki (PT/SC) e Benedita da Silva (PT/RJ) e a senadora Marta Suplicy (PT/SP). “Como podemos ver, a Bancada vem com um potencial, e é bom que assim seja, pois os desafios são grandes, basta ver o debate colocado pela mídia durante o segundo turno das eleições de 2010 sobre as questões religiosas, o aborto e as questões homoafetivas. Um debate conduzido de forma virulenta, agressiva, desrespeitosa. E não nos iludamos, aquele debate está presente neste Congresso Nacional, ou para o bem, ou para o mal”.

As velhas temáticas tomaram força, junto às novas batalhas que estão por vir, a exemplo da reforma política – assunto colocado como um dos grandes desafios para as deputadas e senadoras presentes no encontro, como também para representantes das organizações dos movimentos de mulheres. A petista Marta Suplicy bem disse que a primeira ques-



O I encontro entre a Bancada Feminina (2011-2015) e os movimentos de mulheres foi marcado pela presença de deputadas, senadoras e ministras

tão é não ficar de fora com relação à reforma política. “Temos que ter uma posição muito firme com relação à lista paritária para que tenhamos a nossa participação nos lugares adequados da lista garantida”.

De fato uma reforma mais ampla do sistema político eleitoral é imprescindível. A adoção de listas fechadas, preordenadas, com alternância de sexo, financiamento público exclusivo de campanhas eleitorais e o devido cumprimento das ações afirmativas que já constam da atual legislação são fundamentais para que o déficit democrático na representação das mulheres seja alterado. A articulação entre os movimentos e a Bancada Feminina tem de ser fortalecida para criar melhores condições políticas para uma reforma favorável às mulheres que lutam por paridade nos espaços de poder.

O assunto não se esgota. Cleusa Silva da Articulação de Mulheres Negras Brasileiras (AMNB) ressalta que os movimentos feministas e de mulheres têm que jogar peso para a realização da reforma política, participar, mobilizar. “Avançar não somente no ponto de vista da representação, mas para que a transparência efetiva de fato a democracia no Brasil”. Já para Fátima Bezerra, não se pode perder o olhar no que diz respeito à reforma política. “É preciso ter clareza para identificar a raiz dos problemas, o porquê, por exemplo, da presença das mulheres no parlamento ao invés de aumentar está diminuindo, o porquê da presença das mulheres que vem das lutas sociais, das lutas populares está diminuindo nos espaços legislativos”. A deputada afirma

que o instrumento fundamental para modificar essa realidade é a reforma política. “Temos que fazer uma reforma ampla, partilhada ou não, com esse Congresso que está aí. Quero ver essa Bancada Feminina protagonizar esse debate”, declara.

Velhas questões perpetuam e a resistência agoniza

“Não acredito que descriminalização do aborto é um tema prioritário nesta legislatura. Acredito que temos que fazer se tornar”. Frases como esta da senadora Marta Suplicy nos faz refletir: realmente diante de um Congresso Nacional conservador e povoado de religiosos fundamentalistas precisamos, realmente, “fazer se tornar”. Atualmente, no Congresso Nacional tramitam 54 proposições que tratam do tema aborto e 46 (85,2%) propõem retrocessos aos direitos das mulheres. O maior exemplo de um dos grandes retrocessos aos direitos sexuais e reprodutivos das mulheres vem da última legislatura: o PL nº 478/2007, que institui o Estatuto do Nascituro. O texto do projeto define que a vida humana começa já na concepção, o que leva a criminalização do aborto em todos os casos, retrocedendo o já arcaico Código Penal de 1940. Além disso, propõe uma bolsa de um salário-mínimo para as mulheres vítimas de estupro não interromperem a gravidez. Por essa razão, o PL foi alcunhado de “bolsa-estupro” pelos movimentos feministas e de mulheres. O projeto foi aprovado na Comissão de Seguridade Social e Família da Câmara dos Deputados

Com seus 22 anos na defesa dos direitos das mulheres, a jovem Bancada teve uma influência fundamental para as conquistas alcançadas até os dias de hoje. A bancada nesta legislatura (2011-2015) está composta por 45 deputadas e 12 senadoras, em um universo de 594 parlamentares. Embora o número de mulheres eleitas ainda seja pequeno, nós mulheres sabemos que a Bancada Feminina pode desempenhar um papel importante na defesa, promoção e ampliação dos direitos das mulheres brasileiras.

em maio de 2010 e tramitava na Comissão de Finanças e Tributação, mas por causa do fim de legislatura, foi arquivado em 31 de janeiro de 2011. Nesse sentido, há um risco iminente de revogação de direitos já conquistados, o que impõe sérios desafios à luta feminista durante a atual legislatura. A senadora Suplicy reforça a sua postura e afirma que este é o momento. “Vamos ter que discutir a descriminalização do aborto, nestes primeiros quatro anos do governo da Dilma. Temos que firmar uma posição, pois acredito que o debate não vai voltar nas próximas eleições”.

Jandira Feghali (PCdoB/RJ) também acredita na necessidade de fortalecer o debate sobre os direitos sexuais e reprodutivos, neste governo Dilma. “Quero contribuir bastante nesta legislatura a favor das mulheres brasileiras. Retorno com a mesma energia e opiniões. Sinto orgulho de alguns processos que vivenciei e enfrentei na Câmara, tais como a Lei Maria da Penha e o debate sobre direitos sexuais e reprodutivos, em particular o aborto – com muitas consequências, mas nem por isso abri mão, mantenho as mesmas posições e coragem de quem quer lutar por essas causas. E que Dilma compreenda isso mais do que ninguém para nos ajudar e fazer esse Brasil mais feminino, solidário e que compreenda o papel das mulheres na história do país”, falou a deputada.

Outro debate cercado por tentativas de retrocessos é sobre a Lei Maria da Penha – uma grande vitória dos movimentos de mulheres, e que hoje lutam para que a implementação da Lei aconteça sem retroceder direitos já garantidos. É claro que não se pode esquecer que a temática de direitos humanos e violência contra as mulheres contaram com grandes avanços legislativos na última década. A partir de 2000 conseguiu-se a aprovação das leis que tipifica o assédio sexual; estabelece o afastamento do agressor do lar; estabelece a obrigatoriedade de notificação compulsória da violência contra mulher nos serviços de saúde públicos e privados e revoga os termos anacrônicos e discriminatórios do Código Penal em relação à mulher. Entretanto, a Lei Maria da Penha corre sérios riscos de retrocessos, e devido a este cenário torna-se necessária a articulação entre a Bancada Feminina e os movimentos de mulheres. “É preciso, a partir do Poder Legislativo, de uma Comissão que inclua o Poder Executivo, o Poder Judiciário e a sociedade civil para debater a necessidade de alterações, evitando que um grande volume de modificações feitas por iniciativas isoladas levem à descaracterização da Lei. A Bancada Feminina também pode desempenhar um importante papel na canalização de esforços para que o Supremo Tribunal Federal (STF) aprecie ainda este ano as duas ações que dizem respeito à Lei Maria da Penha, preferindo decisões que reafirmem seu conteúdo e a finalidade de sua criação”, afirma Myllena Calasans, assessora do CFEMEA.

A ministra da Secretaria de Políticas para as Mulheres (SPM), Iriny Lopes disse às parlamentares e às feministas representantes de instâncias do movimento de mulheres que estavam presentes ao evento que “a defesa da Lei Maria da Penha é uma questão prioritária”. Destacou ainda que a autonomia econômica e financeira é fundamental para que as mulheres possam se fortalecer e superar a situação de violência em que estejam vivendo, e que o governo deve trabalhar também nesse sentido.

A luta das mulheres não cessa, e nela está inclusa a batalha das trabalhadoras domésticas que há décadas vêm buscando garantir seus direitos. Atualmente, mais de oito milhões de

brasileiras/os são trabalhadoras/os domésticas/os, e apenas 27% têm carteira assinada, estes dados são da Federação Nacional de Trabalhadoras Domésticas (FENATRAD). A senadora Lídice da Mata (PSB/BA) comprometeu-se com a questão, e assegurou que a situação do emprego doméstico no Brasil é grave, e é urgente a regulamentação da profissão no país. “É um desafio para a Bancada Feminina, é uma questão que une a luta antirracista com a situação da mulher brasileira no emprego que remete a formas de trabalhos próximos da escravidão, e, portanto, temos que superar com uma regulamentação que realmente permita que o emprego doméstico tenha os mesmos direitos de outro emprego formal em nosso país”, afirmou Lídice.

Creuza Maria de Oliveira é presidenta da Federação Nacional das Trabalhadoras Domésticas (FENATRAD) e expressa a sua preocupação referente à essa que é a profissão que reúne o maior número de mulheres economicamente ativas deste país. Segundo ela, a categoria está longe de ter os direitos iguais garantidos e o acesso à Previdência Social. “São décadas de lutas, e os projetos – entra e sai governo – continuam sem aprovação”, disse Creuza.

Para Cleusa Silva as deputadas e senadoras terão, em suas mãos, grandes questões e muito trabalho. A representante da AMNB acredita que para esta legislatura esse eixo da defesa dos direitos das mulheres tem que nortear todas as políticas de um modo geral – a questão da pobreza, da violência, a inclusão previdenciária e a equiparação do trabalho doméstico. E quanto à violência, segundo ela, é importante reduzir não somente no ponto de vista de gênero, mas do ponto de vista da exclusão, do racismo, do preconceito.

O encontro já tradicional da nova Bancada Feminina com os movimentos de mulheres no início de cada legislatura dessa vez foi promovido pelo Centro Feminista de Estudos e Assessoria (CFEMEA), Coletivo Leila Diniz, Cunchã Coletivo Feminista, Geledés Instituto da Mulher Negra, Instituto Patrícia Galvão, Rede de Desenvolvimento Humano (RedeH), Secretaria de Políticas para as Mulheres (SPM) e SOS Corpo – Instituto Feminista para a Democracia.





A Lei Maria da Penha é uma das maiores conquistas das brasileiras na história recente. A sociedade civil teve um papel fundamental na redação da Lei, o que contribuiu para sua riqueza e levou a Organização das Nações Unidas (ONU) a considerá-la uma das três melhores leis do mundo para combater a violência contra as mulheres. Além disso, a lei é aprovada por 80% das/dos brasileiras/os.

Infelizmente, tanto setores do Poder Judiciário quanto do Poder Legislativo resistem a avanços na garantia de direitos que ela traz para as mulheres. O Poder Executivo tem contingenciado parte dos recursos para o enfrentamento à violência, o que compromete a implementação das políticas públicas e serviços que permitem a aplicação da Lei. Com isso, o machismo presente nas instituições ainda coloca em risco a vida de milhares de mulheres.

Apesar de afirmar que os cortes no orçamento não atingiriam as políticas sociais, o governo federal reduziu o orçamento autorizado para o programa de enfrentamento à violência contra as mulheres de R\$41,2 milhões, em 2010, para R\$36,9 milhões, em 2011. O corte reduz as possibilidades de desenvolver as políticas públicas de apoio à Lei Maria da Penha.

A recente decisão da Sexta Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ) de que os processos indiciados pela Lei Maria da Penha (11.340/2006) podem ser suspensos por um período de dois a quatro anos e que, após este período, sua pena pode ser extinta, foi recebida com indignação pelos movimentos feministas, movimentos de mulheres e, sobretudo, pelas mulheres brasileiras. Somente o peso da mão do poder patriarcal explica tamanha deturpação de nossos direitos.

Essa decisão permite – mas não obriga – que os agressores deixem de ser punidos por seus crimes, caso não cometam faltas no período determinado. Na prática, mecanismos destinados a crimes de “menor potencial ofensivo” voltam a ser aplicados para casos de violência doméstica e familiar contra as mulheres.

Esta e outras resistências que a Lei Maria da Penha enfrenta nos tribunais têm motivado a apresentação de projetos de lei no Congresso. Atualmente, o CFEMEA acompanha 23 projetos com este teor que tramitam no Congresso Nacional. Produzidos às pressas, após casos de grande repercussão ganharem a mídia, a maioria deles é redundante e não alteraria em nada o funcionamento da Lei. Alguns propõem retrocessos e um deles criminaliza a violência doméstica contra os homens, que não é fenômeno documentado em nossa sociedade e que já dispõe de mecanismos legais para tratar dos casos existentes.

Ao analisarmos a Lei notamos que seu texto já é bastante completo e abrange diversas situações de violência: a violência é considerada

A força do Poder Público e a violência contra as mulheres

Ana Cláudia Pereira

em suas dimensões físicas, morais, psicológicas e patrimoniais; foram introduzidas as medidas protetivas, até então inéditas no direito brasileiro; eliminou-se a possibilidade das vítimas “retirarem a queixa” para que as mulheres deixassem de ser chantageadas e punidas pelos agressores; a violência contra as mulheres deixou de ser considerada crime de menor potencial ofensivo e passou a ser uma infração aos direitos humanos; foram previstos os Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher e serviços e políticas públicas para dar efetividade à Lei; e, pela primeira vez, o direito brasileiro reconheceu a união afetiva entre pessoas do mesmo sexo.

Por outro lado, é notável a carência de debates e dados empíricos que orientem a produção dos projetos de lei. O texto da Lei não deixa margem para dúvidas e a resistência em aplicá-la decorre do machismo entranhado nas instituições públicas no país. Sem sua superação, a aprovação de cerca de 20 projetos inócuos certamente dará projeção midiática para algumas/alguns parlamentares, mas pode vir a minar a consolidação da Lei junto a tribunais e à opinião pública. Os novos textos voltarão a ser contestados e usados contra as mulheres.

“Tanto o Judiciário quanto o Legislativo resistem a avanços na garantia de direitos que a Lei traz para as mulheres”.

O fim da violência contra as mulheres passa pela implementação das políticas públicas e mecanismos da Lei Maria da Penha para garantir que, logo nas primeiras ocorrências da violência, as mulheres sejam protegidas. E é exatamente esse objetivo que a Lei Maria da Penha persegue. A prisão do agressor é pensada como um recurso de proteção das vítimas, para que estas tenham tempo de reestruturar suas vidas, de exercitarem seu direito de ir e vir e de viverem livres de ameaças. Não é punição desmedida, como alguns querem fazer crer.

A erradicação do machismo vigente na sociedade e da violência que ele produz contra as mulheres requer o compromisso de parlamentares, do Poder Executivo e de operadoras/es de direito. Precisamos de decisão política e recursos para a aplicação da Lei, não de mudanças.

Ana Cláudia Pereira é consultora do CFEMEA

Foto: Divulgação



Abram alas para as mulheres

O Dia é da mulher. É o 8 de março – terça-feira de carnaval. As mulheres estiveram presentes com suas bandeiras de lutas, manifestando, sob o lilás predominante – a cor do feminismo – justiça e igualdade de direitos. Em Brasília, as mulheres tiveram uma ala para desfilir no Pacotão - tradicional bloco de carnaval de Brasília. Criado por jornalistas durante a ditadura militar. Suas marchinhas com letras polêmicas são a marca do bloco. O protesto trouxe as várias lutas das mulheres: como o enfrentamento à violência contra as mulheres, a implementação da Lei Maria da Penha, a autonomia e valorização do trabalho das mulheres, a luta pela igualdade de gênero... A concentração aconteceu na 302/303 norte do dia 8 de março. E deu samba a cidadania das mulheres...

2011 - Ano Internacional para os Povos Afrodescendentes

A Organização das Nações Unidas (ONU) escolheu 2011 como o ano dos afrodescendentes. Homenagear os povos de origem africana foi uma iniciativa da Assembleia-Geral da ONU, em reconhecimento da necessidade de se combater o racismo. De acordo com o secretário-geral da ONU, Ban Ki-Moon, os afrodescendentes estão entre as comunidades “mais afetadas pelo racismo” e “enfrentam demasiadas vezes restrição de acesso a serviços básicos, como saúde e educação de qualidade. Ban lembrou ainda das metas de integração e promoção da equidade racial estabelecidas pelos países-membros da ONU na Conferência de Durban, em 2001. O compromisso foi reiterado no ano passado, na Conferência de Revisão de Durban, realizada entre 20 e 24 de abril de 2009 em Genebra (Suíça). O apelo às comunidades internacionais foi destacado durante o lançamento do Ano Internacional dos Afrodescendentes, o secretário-geral, pediu: “Vamos todos intensificar os nossos esforços para assegurar que os povos afrodescendentes possam gozar de todos os seus direitos”

Mais da metade de população brasileira tem ascendência africana. Segundo dados do IBGE de 2009, 51,1% dos brasileiros se reconhecem como “pretos” ou “pardos”. Com a segunda maior população negra do planeta (e primeira fora do continente africano), a missão do Brasil na ONU congratulou a celebração do Ano Internacional dos Afrodescendentes, como “uma ocasião para chamar atenção para as persistentes desigualdades que ainda afetam esta parte importante da população brasileira”. Fonte: Conselho Comdedine RJ



Na lei e na vida, faça valer seus direitos!

“Pela política na lei, pela política na vida”, - esse é o lema da campanha que o CFEMEA lançou em fevereiro, e que utilizará o rádio como o grande veículo de mobilização social. A campanha que agora está na sua segunda fase, objetiva estimular a sociedade brasileira a debater os direitos das mulheres e a importância de sua presença nos espaços de poder e decisão. Mais do que nunca, na lei e na vida, precisamos fazer valer nossos direitos. Com essa determinação queremos estar de mãos dadas com as parlamentares da Bancada Feminina no Congresso, nas Assembleias estaduais, na Câmara Distrital e com você na busca da aprovação de que visam garantir mais saúde, educação, trabalho, uma vida sem violência e sem discriminação racial. Veja os spots da campanha no site do CFEMEA (www.cfemea.org.br)

Foto: Leonardo Prado



Foto: Leonardo Prado



Um mundo mais justo e fraterno para as mulheres indígenas

O ano de 2011 entrou com toda força. É nesse ritmo que o Conselho Nacional de Mulheres Indígenas, lutando pelo protagonismo, autonomia, pela equidade de gênero, com acesso de oportunidades e valorização das mulheres indígenas, elaborou 13 diretrizes para contribuir com o novo governo para a realização das ações afirmativas. O documento será entregue à presidenta Dilma e autoridades governamentais.

Dentre as ações consideradas importantes estão à efetivação das políticas públicas voltadas às mulheres indígenas, na demarcação das terras, na educação diferenciada, na saúde de qualidade para a mulher e a criança indígena e a inclusão nos espaços públicos. Os movimentos de mulheres indígenas se afirmam como agentes de transformação, contribuindo para a construção de um mundo mais justo e fraterno.

As 13 diretrizes da mulher indígena

1 – criação da subsecretaria da mulher indígena no governo federal e nomear uma mulher indígena para essa função, com autonomia financeira para desenvolver projetos sociais para os povos indígenas;

2 – assegurar maior representação da mulher indígena no governo, com a inclusão efetiva da mulher nas instâncias de poder, como os conselhos consultivos, ministérios e secretarias.

3 – assegurar a participação da mulher indígena nos processos de decisões e consultas que afetem seus interesses e demandas;

4 - garantir 30% de vagas a mulher indígena nas funções e concursos públicos;

5 – criar o programa de alimentação saudável da mulher e da criança indígena;

6 - garantir saúde de qualidade com a criação do “programa de atenção integral à saúde da mulher e da criança indígena”;

7 - demarcação e apoio a gestão territorial, política e econômica das terras indígenas;

8 – desenvolvimento, planejamento e implementação de projetos específicos autosustentáveis à mulher indígena;

9 – erradicação do analfabetismo e inclusão de programas educacionais, bem como o acesso efetivo à educação superior e cultural para as mulheres indígenas;

10 - políticas públicas efetivas voltadas às mulheres indígenas como a qualificação profissional, acesso universitário, cursos de informática;

11- criação de programas de valorização para a mulher jovem indígena e sua inserção no mercado de trabalho geração de renda e emprego às mulheres indígenas;

12 - criação de projetos de esporte e lazer nas comunidades indígenas para o combate a todo tipo de violência contra a mulher e a criança indígena;

13 – fortalecimento e estímulo a palavra da mulher indígena como fator relevante as questões familiares, comunitárias e culturais da sociedade nacional.

Vem aí mais um Encontro Nacional da AMB

Quando, neste 30 de março de 2011, estivermos todas na abertura do II Encontro Nacional da Articulação de Mulheres Brasileiras, estaremos frente a frente com o que resultou dos vários meses de construção do encontro. Quantas seremos? Mais de oitocentas? Mais de mil? Estarão visíveis todas as expressões do feminismo que fazem a AMB? Nossas companheiras de outras redes e movimentos, nacionais e internacionais, estarão conosco? E qual será a pauta resultante dos debates em torno dos eixos mobilizadores?

Por conta de seu caráter – um fórum amplo de debate feminista orientador das ações da AMB – construir o encontro nacional é sempre uma aventura cheia de surpresas e incertezas. O processo de construção é um espaço aberto ao diálogo e à reflexão crítica.

Autogestionado e organizado na forma de oficinas e debates, simultâneos e descentralizados por todo o país, a construção do encontro traz ao espaço nacional as análises da conjuntura, as interpretações sobre a situação das mulheres e as proposições para a luta feminista da AMB. Não sendo voltado para deliberações: nada será aprovado ou desaprovado, mas tudo será discutido; sendo o grande desafio produzir indicativos consensuais.

O encontro não é espaço de (re)encontro das mesmas, é um espaço de aglutinação de antigas e novas militantes, parceiras, colaboradoras, simpatizantes e todas que se identifiquem politicamente com a AMB, sendo este outro desafio. Desta diversidade resulta enorme pluralidade de pontos de vista, enriquecendo o nosso feminismo e complexificando as formas de enfrentar as muitas questões político-organizativas da AMB: política de alianças, política de formação, espaços de participação, instâncias de decisão, política de financiamento de nosso movimento.

Sem periodicidade fixa, o Encontro Nacional da AMB foi marcado estrategicamente, para coincidir com o momento pós – eleições gerais de 2010. Fosse qual fosse o resultado, estava evidente a necessidade de um espaço para debate da conjuntura e repensar sobre nossas formas de atuação. Certamente o que estará em foco principalmente serão os desafios do feminismo no contexto do governo Dilma e da conjuntura latino-americana, com o novo campo de força dos governos de esquerda se reestruturando e os 30 anos de feminismo na região sendo postos em debate no próximo Encontro Feminista Latino-americano e do Caribe (Bogotá, 23 a 26 - nov2011).

Diante do que foi a campanha eleitoral de 2010, é muito bom fazer este segundo encontro ao início do governo Dilma. O êxito eleitoral de Dilma foi a vitória de um projeto eleitoral identificado com mudanças para melhorar as condições de vida da população empobrecida. Uma vitória que se fez sobre a derrota do projeto da direita conservadora que, mobilizando uma militância fundamentalista, em muitos sentidos foi fascista.

Mas a eleição de Dilma se fez também sobre a resistência da luta feminista que tornou possível para as mulheres o mundo da política,

e ao mesmo tempo insiste em denunciar as desigualdades e os direitos que as mulheres não têm na prática. Não esqueçamos que o ano eleitoral começou com os ataques ao PNDH3 (Plano Nacional de Direitos Humanos 3), contra o qual juntaram-se a igreja conservadora, os oligopólios da comunicação, os latifundiários e todos que são contra a apuração dos crimes da ditadura. Estes atores seguiram atuantes e articulados durante toda a disputa eleitoral e seguirão na oposição, no Congresso e fora dele, por todo o governo Dilma. O nosso desafio será fazer da derrota eleitoral imposta à direita uma derrota política efetiva a cada embate que enfrentaremos nestes próximos anos.

Fundamentalistas, racistas, latifundiários e conservadores, toda esta fauna e outras ervas, seguirão nos próximos anos na disputa por controle dos rumos do Estado, contra sua democratização. Seguirão mobilizando a sociedade contra a liberdade das mulheres, contra a igualdade racial, contra as lutas sociais no campo, na floresta e nas cidades, contra a democratização da comunicação e contra a universalização do SUS, do ensino público, da previdência pública.

De outra parte, mas juntos com eles, estarão os liberais e neoliberais de plantão, trabalhando pelo aprofundamento da sociedade competitiva e consumista, defendendo redução dos gastos públicos, mercantilizando a tudo e a todas.

Podemos dizer que estamos na mesma lida. Sim estamos, mas estamos num contexto diferente. Temos Dilma, a primeira mulher presidenta do Brasil, o que nos coloca o enorme desafio de ser um movimento forte e libertário. Os movimentos de mulheres e feministas, com a vitória de Dilma estão mais que nunca, desafiados a dizer a que vieram. A AMB, mais que antes, precisará ser um movimento que ocupe espaço na arena política para confrontar as práticas sociais, a ideologia, a orientação neoliberal nas políticas públicas e o projeto desenvolvimentista, concentrador e destruidor da natureza e da vida das pessoas. Precisaremos confrontar o poder dos conservadores e, ao mesmo tempo, ocupar espaço para afirmar e defender a vitória eleitoral alcançada com a eleição de Dilma presidenta.

Para a Articulação de Mulheres Brasileiras, o momento exige a reformulação de suas frentes de lutas e modo de atuação, reformulação que aprimore nossa capacidade de articular ações coletivas e redefina os caminhos de nossa luta feminista no futuro imediato. Precisaremos ampliar, em muito, o diálogo e a reflexão entre nós e com as aliadas. Frente a um momento de crise global e inovações na política brasileira, é preciso investir esforços no fortalecimento dos movimentos sociais para que tenhamos todos mais e melhor presença nesta arena política dominada pelas forças do mercado, racista e patriarcal, pelo neoliberalismo e pelo fundamentalismo.

Que venha o ENAMB!

Silvia Camurça integra a coordenação executiva nacional